

Argentina e Brasil avançam de toda forma rumo à legalização do aborto, por Gisele Pereira

O debate sobre o tema nunca tinha ido tão longe no país vizinho. Enquanto aqui, no STF, a defesa dos direitos femininos mostrou-se múltipla e poderosa

[\(CartaCapital, 09/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Senado argentino rejeitou por 38 votos a 31 o projeto de lei que visava legalizar a interrupção da [gestação](#) até a 14ª semana.

Engana-se quem acredita que tal rejeição representa uma derrota para o movimento. Em absoluto, representa parte de um processo de avanço social que levou um projeto com tal matéria pela primeira vez tão longe. Em tentativas anteriores sequer chegou a votação.

A aprovação no Congresso e essa rejeição sem a folga costumeira que gozavam os opositores demonstra que a temática do aborto galgou outro patamar na discussão pública. Saiu de vez do lugar de [tabu](#) para ganhar as ruas, que se inundaram de verde, representando a esperança concreta e persistente que se recusa a retroceder: “O aborto legal inexoravelmente será lei”, afirmam com convicção.

Por aqui, em Terras Brasilis, percorremos outros caminhos de uma mesma luta. Assim como nossas irmãs argentinas, seguimos um caminho árduo e longo, dando continuidade aos passos que nos antecederam.

Diferentemente das argentinas, o caminho que traça hoje o Brasil não é a proposição de uma mudança de lei, mas do cumprimento de nossa lei maior, a Constituição Federal.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 questiona justamente a inadequação dos dispositivos 124 e 126 do Código Penal, com preceitos constitucionais fundamentais como a autonomia, a dignidade

humana e liberdade das mulheres.

A ministra relatora, [Rosa Weber](#), convocou audiências públicas para ouvir a sociedade civil e especialistas nas diferentes áreas do conhecimento sobre a questão. Em tais audiências ocorridas nos dias 3 e 6 de agosto ficou evidenciada a qualidade e consistência da argumentação favorável à ADPF, além da justiça e necessidade premente de seu conteúdo.

A discussão sobre aborto atinge outro patamar também no Brasil. O acúmulo de teorias fundamentadas a partir das diferentes áreas do conhecimento - medicina, direito, antropologia, sociologia etc. - é um ganho altíssimo para toda a sociedade que não poderá mais ser ignorado, assim como o aborto não voltará ao lugar de tabu.

Outro fator evidenciado foi o caráter puramente moral religioso da criminalização do aborto. A mesma moral religiosa que pune e legitima a morte de mulheres há séculos, como lembrou a pastora luterana Lusmarina Campos Garcia, integrante do Instituto de Estudos da Religião. A criminalização do aborto é, portanto, também um grave desrespeito à laicidade do Estado proclamada na Constituição.

Mas também desde o lugar das religiões pudemos ouvir vozes expressando o quanto cada religião é diversa e mutável e o quanto é preciso reparar dos males sociais que poderes religiosos causam e sustentam com seus discursos e práticas.

Vozes que, sem dissimular seus lugares de fé, defenderam a laicidade do Estado e trouxeram uma argumentação contundente de como princípios religiosos não se opõem de fato ao direito das mulheres à sua livre escolha reprodutiva.

O questionamento trazido por Lusmarina Garcia vai nesse sentido: “Por que uma parte das tradições religiosas, que são construções históricas, insistem em disseminar e reproduzir a misoginia, controlando os corpos das mulheres e penalizando-as psiquicamente, por causa do suposto pecado e da culpa, e também criminalmente?”

A luterana afirmou categoricamente que “as inquisições contra mulheres

continuam, mesmo travestidas por outras faces e formas. Outrora foram as fogueiras reais, hoje as fogueiras simbólicas, mas não menos perversas, persistem através de um poder religioso que age contra a dignidade das mulheres via poder político e se mantêm institucionalmente.”

A pastora também apontou que nem a teologia nem mesmo a [Bíblia](#) condenam o aborto. Para ilustrar, mencionou os dois casos que fazem referência ao aborto nos textos bíblicos: “O primeiro, em Êxodo 21:22-23, determina que se uma mulher, por estar envolvida na briga entre o seu marido e outro homem, for ferida e abortar, o agressor deve pagar uma indenização para o marido. Isto significa que, à época, o feto não era considerado um ser vivo e, por isso, o agressor não era condenado à morte. Lembremo-nos que o que vigia era a Lei de Talião: olho por olho, dente por dente, vida por vida”.

“O segundo texto, Números 5:11-34”, recitou, “relata um aborto ritual praticado pelo sacerdote. Se o marido ficasse com ciúmes da sua esposa e não pudesse comprovar a infidelidade dela por meio de testemunhas, poderia praticar o ritual de ordália, que consistia em obrigar a mulher supostamente infiel a tomar águas amargas. A mulher era forçada a ingerir o que atualmente se denomina “cadaverina”, elemento que se encontra em matéria orgânica morta. Se a mulher abortava depois de ingerir a água, estava comprovado que ela tinha sido infiel e o marido podia puni-la, inclusive com a morte por apedrejamento.”

Por outro lado, desde sua tradição religiosa lembrou o quanto é fundante para o protestantismo a separação entre religião e Estado. Além da laicidade ser “fundamental para a garantia do direito à igualdade em todos os seus aspectos, e de maneira especial para a igualdade de gênero e a liberdade religiosa e de consciência, inclusive no que diz respeito à possibilidade de decidir como, quando e se levar adiante uma gestação ou não”.

A socióloga Maria José Rosado, presidenta de Católicas pelo Direito de Decidir (ou simplesmente Zeca para nós), lembrou que o catolicismo, que há séculos gozou do estatuto de religião oficial do Estado, tem sua história permeada por mudanças.

“Não é de se admirar que a Igreja mude. Historicamente, ela sempre mudou quando percebeu que as sociedades mudavam. Foi assim em relação à escravidão e foi assim em relação aos direitos humanos. Recentemente, mais uma mudança: A condenação da pena de morte, por tanto tempo aprovada pela Igreja. Por que não poderia reconsiderar sua posição em relação ao aborto? A ilegalidade faz do aborto uma forma de pena de morte para as mulheres.”

Rosado afirmou ainda que “no campo católico, em que o aborto nunca foi declarado um dogma, as disputas em torno dessa questão remetem a séculos de discussões internas entre moralistas, teólogas e teólogos. E há, numa antiga tradição cristã, um princípio fundamental conhecido como probabilismo, segundo o qual onde há dúvida, há liberdade. Em latim: *Ubi dubium ibi libertas*. Esse é o caso do aborto”.

Engana-se quem acredita que esse debate foi feito apenas por religiões cristãs. Nas audiências públicas convocadas pelo STF, representantes de religiões não cristãs estiveram presentes, entre eles o Rabino Michel Schlesinger, da Confederação Israelita do Brasil.

Segundo ele, na tradição judaica, a integridade física da gestante é levada em consideração: “As razões que poderiam justificar, sob uma perspectiva judaica, a prática [do aborto] vão do risco de vida mãe, como prevê nossa legislação, passando pelo risco de saúde física ou mental da mãe, que inclui casos de estupro, como também prevê nossa legislação. Mas os expande a casos de incesto, adultério, gravidez na infância, gravidez na velhice, falta de condições socioeconômicas, entre tantas outras. E, finalmente, com o advento da modernidade, temos a possibilidade identificar má formação do feto, como de fato prevê nossa legislação no caso de anencefalia, mas é possível estender essa mesma norma a tantas outras doenças graves, que limitarão aquela vida a poucos dias, e às vezes horas, depois do nascimento”.

Schlesinger finaliza sua sustentação com uma recomendação: “Assim como a religião age para aconselhar e acolher a decisão da mulher que opta pelo aborto, recomendo que o Estado constitua equipes multidisciplinares para aconselhar e acolher essas mesmas mulheres. No final das contas, existe algo que aproxima nós, religiosos, e os senhores, agentes do Estado: temos uma

oportunidade de sermos relevantes em um momento tão crítico na vida de uma mulher e de seu entorno. Somente o seremos se a nossa postura for de acolhimento e instrumentação do aprofundamento daquela decisão. Porque, no final das contas, a decisão do indivíduo será tomada conosco ou apesar de nós”.

Decisão, esta, que mulheres da Argentina e do Brasil lutaram e continuarão a lutar para ser garantida. Ambos os países demonstram que as sociedades, incluindo as religiões, estão em constantes mudanças. É neste sentido que retomamos a pergunta lançada por Zeca à Suprema Corte: “Não é também o tempo de se mudar da criminalização à legalização do aborto em nosso País?”

Acreditamos que sim e continuamos caminhando nesta direção. Seguindo firmes em uma caminhada sinuosa, mas que não tem outro sentido a não ser para frente.

Gisele Pereira, historiadora e cientista da religião, professora do Ensino Básico; integrante da equipe de coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir.

Aprovação do aborto na Argentina pode pressionar STF em votação no Brasil

Na disputa pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, a Argentina contrariou posições do presidente Mauricio Macri, da ex-presidente Cristina Kirshner e do Papa Francisco. A vitória de quem votou a favor do direito de escolha das mulheres se deu muito pela força do movimento de mulheres, que desde 2003 impulsiona uma campanha nacional. Mas se tornou possível por uma brecha de oportunidade assinalada pelo presidente: ao perceber que a opinião pública era favorável a que o debate acontecesse na Câmara dos

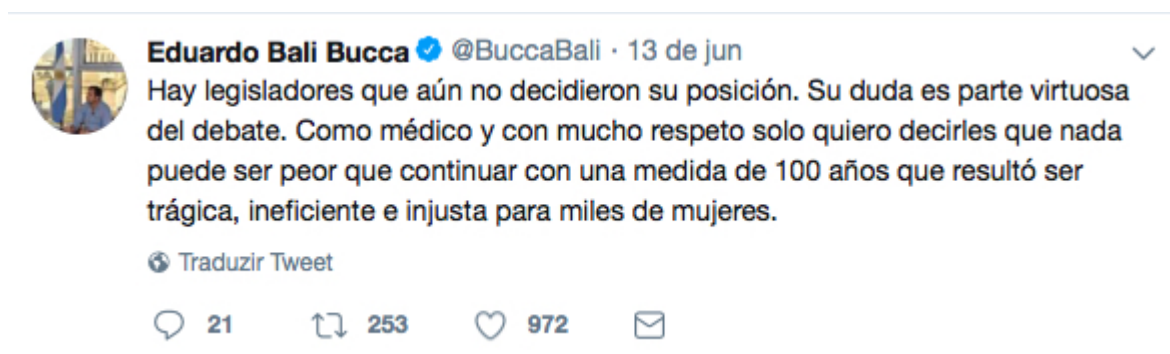
Deputados, Macri preferiu alertar governistas para que não interferissem na escolha do Parlamento.

[\(Geledés, 17/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Estou a favor da vida, mas não imponho [a mesma posição] a ninguém. Existe liberdade de consciência”, disse, diante de mais de 80 deputados. A maioria dos governistas foi contra a descriminalização do aborto. “O tema é importantíssimo, deveria ter sido discutido há muito tempo. Tem que haver total liberdade para opinar.”

A declaração do chefe de Estado, no final de fevereiro, abriu espaço para que o movimento a favor do aborto legal ganhasse tamanho e conquistasse lugar também nas províncias. Mas até o último minuto da maior votação da Câmara argentina, não se sabia o resultado. Durante as quase 24 horas de debate, milhares de pessoas empunhando o pano verde fizeram vigília diante do Parlamento, acompanhando a discussão por um telão. Os pró-vida, em menor número, também defenderam suas posições. Estava em jogo conquistar os deputados indecisos.

A pressão chegou às redes sociais e parlamentares declararam suas posições via Twitter e Facebook. Dentro das paredes do Congresso, denúncias de ameaças por infiltrados eram conhecidas pelas redes. Foi o que se deu com os deputados a seguir, eletrizando a votação hora a hora:





Mirta Ameliana Pastoriza

13 de junho às 23:03 · 🌐

Toda mi vida he trabajado arduamente por la democracia, por el divorcio vincular, la patria potestad compartida y por la ampliación de derechos ciudadanos. En todas estas conquistas, se libró un debate profundo; siempre con la creencia de hacer lo correcto. Es esta coherencia histórica la que ha jalonado mi trayectoria, por ello he decidido apoyar la legalización y despenalización de la interrupción voluntaria del embarazo.



Sergio Ziliotto @ZiliottoSergio · 14 de jun

Junto a Melina Delú y Ariel Rauschenberger, los 3 diputados nacionales peronistas por La Pampa votaremos a FAVOR de la despenalización del aborto.

🌐 Traduzir Tweet

💬 1,9 mil ↻ 3,7 mil ❤️ 18 mil ✉️

Pouco antes das dez da manhã, depois de passar uma madrugada gelada discutindo diante do povo em vigília, o painel anunciou o resultado: 129 votos a favor do aborto legal, 125 contra e uma abstenção. Houve comoção. Agora, a lei segue para discussão no Senado. O processo de votação fortaleceu a democracia argentina e mostrou maturidade política.

“Cabe a mim fechar um dos debates mais longos, mais responsáveis, mais plurais que levamos no Congresso nos últimos anos. Um debate que chegou ao seio desta Câmara pelas mãos dos movimentos de mulheres”, disse a deputada Silvia Gabriela Lospennato, em seu emocionante discurso final.”

“Não há volta atrás”, declarou a deputada. Ela lembrou que 50 mil mulheres são hospitalizadas todos os anos na Argentina por causa de abortos inseguros, que chegam a 350 mil. Há também cerca de 60 mil mortes decorrentes dessa prática. “O aborto significa uma dor profunda, que se confunde com a culpa, com a criminalização e com a desigualdade, que se ampara na ausência do Estado.”

Para as mulheres que participam do movimento a favor do aborto legal, seguro e gratuito, a votação foi uma vitória histórica. “Faz muitos anos que esperávamos por esse debate. Nos 13 anos de campanha, o tema entrou nas casas, nos bairros, tomou as ruas, chegou aos hospitais, colégios,

movimentos sociais”, conta Angélica Peña Defago, professora de Sociologia Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Córdoba.

“Tudo isso fez possível um nível de amadurecimento social e político que tem impacto no debate que estivemos vendo. A vitória pode impactar a região latinoamericana porque os movimentos feministas de mulheres estão unidos com movimentos feministas e de mulheres, entre outras causas, em toda a América Latina. O aborto legal, seguro e gratuito é uma das dívidas da democracia para com as mulheres.”

A professora diz que o que aconteceu na Argentina pode ser um pontapé para seguir lutando em outros países. “A votação deu visibilidade ao poder e às forças dos movimentos a favor de uma lei que é justa e urgente e que pode se estender por outros países como o Brasil”, conclui Angélica.

Defender a vida é descriminalizar o aborto

No Brasil, a pesquisa “Percepções do Aborto no Brasil”, de 2017, aponta que são realizados 500 mil abortos clandestinos por ano. Quase metade dos brasileiros acima de 16 anos declarou conhecer pelo menos uma mulher que realizou o procedimento. Mesmo assim, apenas 1/4 se disse favorável a que a mulher possa escolher se interrompe a gravidez.

Aqui, o buraco é mais profundo. Temos um Congresso conservador, que coloca a religião acima dos direitos das mulheres e chegou a tentar retirar o direito ao aborto de quem sofreu estupro. O fato de estarmos vivendo um período pré-eleitoral tanto pode ser um combustível para impulsionar o debate sobre o aborto legal, como pode funcionar para silenciar o tema.

“O executivo brasileiro avançou nas políticas a favor do aborto nos casos hoje legalizados no primeiro governo Lula (2003-2006) e depois se retirou do campo, muito pressionados pelas campanhas pró-vida nas eleições seguintes”, explica a professora de Direito na Fundação Getúlio Vargas, Marta Machado, responsável pela pesquisa “A batalha do aborto no Brasil (1986-2016)”, com a professora Débora Maciel, uma parceria da FGV com o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

“O Congresso é pró-vida e a tendência é se manter assim. A menos que algo

surpreendente aconteça. No Brasil, precisaremos ter alguma oportunidade e aliados no sistema político para reforçar o movimento a favor do aborto legal. Isso pode ecoar, mas o movimento não consegue avançar sozinho”, afirma Marta. “Por enquanto, a única arena aberta para essa discussão é o STF. Uma mudança pode vir dali.”

O Supremo Tribunal Federal pode discutir a ADPF (Arguição de Preceito Fundamental), que descriminaliza o aborto.

As advogadas que assinam a peça, ingressada pelo PSOL, sustentam ter convicção jurídica de que a criminalização do aborto, com base no Código Penal da década de 1940, não se sustenta diante da Constituição de 1988. Enquanto isso, mais mulheres em situação de vulnerabilidade morrem a cada dia no Brasil em decorrência da falta de uma política que sustente o direito ao aborto legal. São as mesmas vidas “matáveis”, desprezadas pelo Estado brasileiro.

“Contra a decisão de uma mulher que não quer ser mãe, não há Estado, não há lei que faça com que ela seja mãe. Os que votaram pelo ‘não’, a única opção que estão oferecendo às mulheres é a ameaça de prisão”, afirmou a deputada argentina Silvia Gabriela Lospennato. Por aqui, falta coragem ao Supremo.

Carolina Trevisan

Lesbocídio cresce significativamente no país, alerta dossiê

Documento lançado em São Paulo nesta segunda-feira (4) aponta o estado como responsável por 20% dos assassinatos do país

(Brasil de Fato, 05/06/2018 - acesse no site de origem)

Entre 2014 e 2017, 126 lésbicas foram brutalmente assassinadas no país, segundo o Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil, lançado nesta segunda-feira (4), em São Paulo.

O relatório, organizado pelo Grupo de Pesquisa Lesbocídio, do Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revela que esse tipo de crime de ódio vem crescendo exponencialmente em todo o país.

Os números são impactantes: no período de 2000 a 2014, as pesquisadoras localizaram 54 casos, menos de metade de lesbocídios dos últimos três anos; por outro lado, apenas nos dois primeiros meses de 2018 já foram registradas 26 mortes.

A iniciativa surgiu a partir da necessidade de investigar as especificidades dos assassinatos de lésbicas. O documento já havia sido lançado no estado carioca em março deste ano, mas sua divulgação em São Paulo se fez ainda mais necessária devido aos dados elencados no dossiê: o estado é responsável por 20% de todas as mortes de lésbicas no país nos últimos quatro anos.

Misoginia e lesbofobia

O termo lesbocídio foi apresentado de forma inédita pela pesquisa, e assim como o feminicídio, o crime é motivado pela misoginia, sentimento de ódio destinado às mulheres, mas possui características diferentes.

Geralmente, casos de feminicídio acontecem em ambientes domésticos e o crime é praticado por homens que possuem algum grau de familiaridade com as vítimas; mais comumente, seus cônjuges. Já nos casos de lesbocídio, cerca de 83% das vítimas foram assassinadas por homens que não necessariamente possuíam parentesco com elas, mas que têm aversão a lésbicas, ou seja, foram motivados pela lesbofobia.

Militante do movimento de mulheres lésbicas há mais de 15 anos, Cinthia Abreu, uma das coordenadoras da Caminhada das Mulheres Lésbicas e

Bissexuais de São Paulo, celebra a produção do dossiê. “Até hoje não tinha visto uma contribuição como essa, é importante porque nos dá visibilidade e mostra as formas como morremos e de como somos invisibilizadas”, diz.

Cynthia ressalta ainda que o dossiê é essencial não só para o movimento LGBT, mas para que a sociedade passe a considerar o lesbocídio como uma questão importante, principalmente com o avanço do conservadorismo.

“Estamos procurando dar mais visibilidade, mostrar que as mortes por lesbocídio existem e tem um requinte de crueldade muito grande. É desde decapitação a empalamentos e queimaduras. São crimes extremamente violentos e quando falamos sobre pautas LGBT, estamos falando sobre direitos humanos, políticas públicas e perda de direitos”, complementa.

Subnotificação por preconceito

Aproximadamente 34% dos crimes acontecem com mulheres na faixa-etária dos 20 aos 24 anos. Outra informação apontada pelo dossiê é que as lésbicas têm o dobro de chance de serem assassinadas em regiões interioranas, uma característica comum em todos os estados do Brasil.

O Dossiê organizado pelo NIS é a primeira pesquisa realizada especificamente com o objetivo de expor a situação alarmante de violência sob as quais mulheres lésbicas estão submetidas.

Devido à falta de dados oficiais e estudos padronizados, estima-se que o números de mortes por lesbocídio sejam ainda maiores. Além da subnotificação existente, Cynthia cita a dificuldade das mulheres lésbicas para denunciar episódios violentos, já que enfrentam preconceito cotidianamente na esfera familiar e no local de trabalho, por exemplo.

“É exatamente o processo do ódio, que inclusive falamos que só a palavra feminicídio não dá conta. É preciso falar que é um crime de ódio, é exterminar uma mulher apenas porque ela se relaciona com outra mulher”, pontua.

Saúde mental

Além de criar um espaço de memória coletiva das lésbicas que foram assassinadas, a pesquisa também apresenta registros feitos de 2014 a 2017 que indicam 33 suicídios cometidos por mulheres lésbicas entre 19 e 24 anos, faixa que concentra 69% dos casos.

Os suicídios também seguem em números crescentes: em 2014 foram dois; no ano seguinte, cinco; em 2016, seis; e, em 2017, o número aumentou para 19.

Na opinião de Cinthia, a lesbofobia é a principal responsável por levar essas mulheres a tirarem suas próprias vidas.

“A saúde mental dessas mulheres é comprometida por várias questões. O rompimento familiar é muito grande, outra questão é a pressão social porque não se pode admitir que é uma lésbica no trabalho, no ambiente escolar também não. O fato de ter que viver sua sexualidade condicionada a outras pessoas causa adoecimento mental”, reforça a ativista, ressaltando que o apoio familiar é um diferencial enorme e fortalece na luta contra a discriminação.

A quantidade de lésbicas em depressão é outro traço da lesbofobia na vida dessas mulheres. “Temos um processo muito grande de depressão e isolamento. Quando falamos de saúde lésbica, se fala no âmbito sexual e ginecológico, e não que seja menos importante, mas acaba-se não falando sobre o adoecimento mental. O suicídio entre as lésbicas é uma forma do lesbocídio nos atacar”, ressalta Cinthia.

De acordo com o dossiê, que relata diversos casos de lesbocídio em detalhes, mulheres lésbicas não-feminilizadas sofrem um preconceito ainda maior nos ambientes públicos, e representaram 54% do número de mortes em 2017.

Lu Sudré; Edição: Diego Sartorato

Direito de irlandesas e brasileiras, por Debora Diniz e Lena Lavinas

O pedido ao Supremo Tribunal Federal é simples: nenhuma mulher deve ser presa por ter feito um aborto

[\(O Globo, 29/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Caiu. Caiu, finalmente, uma das mais injustas previsões constitucionais já aprovadas na Irlanda: em 1983, a 8ª Emenda Constitucional estabeleceu igualdade de direitos entre a mulher grávida e o embrião. De iniciativa da Igreja Católica, a emenda levou à total proibição do aborto, exceto em caso de risco de morte para a mulher. A lei previa prisão perpétua para todos os envolvidos na prática de aborto, pena máxima atenuada, em 2013, para 14 anos de privação de liberdade.

Esse desenho anacrônico acaba de ser banido: o aborto não é mais proibido na Irlanda. Com a revisão constitucional a caminho, desaparecem também a humilhação, o sofrimento e a clandestinidade que todos os anos levavam milhares de mulheres a buscar, num país vizinho, socorro médico ou a encomendar medicamentos pelas redes sociais, desconhecendo procedência ou segurança.

É bem verdade que, desde 1992, diante da evidência de que proibir o aborto seguro não significa proibir as mulheres de abortarem, a lei foi flexibilizada e autorizou as irlandesas a atravessarem as fronteiras nacionais para obter em outros países europeus aquilo que lhe era negado em casa. No Reino Unido, ele pode ser realizado gratuitamente até 24 semanas; na Holanda, até 22 semanas; na Islândia, até 16 semanas; na Espanha e Romênia, 14 semanas. Em dezenas de outros países, esse prazo varia entre dez e 12 semanas. Na comparação, o cenário por aqui é desolador: América Latina e Caribe é a região do mundo que mais persegue as mulheres com prisão e na qual mais mulheres recorrem à clandestinidade para o aborto. Mais prisão e mais

aborto é nossa realidade.

A fé católica professada por quase 90% dos irlandeses não impediu o discernimento de que a vida das mulheres, sua segurança e dignidade não podem ser tributárias deste ou daquele credo. Essa conscientização teve um marco de indignação: a morte de Savita Halappanavar, que, em 2011, aos 31 anos, em processo de abortamento espontâneo, teve negado o direito a uma curetagem que lhe teria salvo a vida. Ganhou força e legitimidade, na coragem política do jovem primeiro-ministro, Leo Varadkar, 39 anos, médico, gay, que convocou o referendo e fez abertamente campanha pelo sim. Uma campanha animada pelos movimentos de mulheres e pela juventude, que mobilizaram todo um país para esse voto histórico.

A Irlanda não deve ser vista como distante de nós. Neste momento, a Suprema Corte brasileira também tem a oportunidade de corrigir o anacronismo do Código Penal de 1940 — o aborto entre nós é crime com pena de prisão. A relatora do caso é a ministra Rosa Weber, que convocou, para junho, audiências públicas para escutar os especialistas sobre os efeitos da criminalização. Certamente, a ministra ouvirá que é a descriminalização que reduzirá o número de abortos, que a clandestinidade aumenta os riscos e as taxas de mortalidade, que é possível fazer um aborto seguro com medicamentos, o que permitirá, ainda, forte redução dos custos decorrentes dos muitos milhares de complicações de abortos que levam anualmente a internações no Sistema Único de Saúde.

Tão importante quanto os números do aborto entre nós será contar à ministra sobre a história da Irlanda. Se nossa questão é moral e constitucional, assim também foi por lá — um país católico com intensa controvérsia jurídica sobre o aborto. Por isso, o pedido é simples: nenhuma mulher deve ser presa por ter feito um aborto. Segundo dados da Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, uma em cada cinco mulheres já fez um aborto na vida. Todas nós conhecemos cinco mulheres, uma delas já terá feito aborto, só que nenhuma delas deve ir para a prisão.

Como as irlandesas, nós, brasileiras, também queremos celebrar a liberdade de escolha.

Lena Lavinás é professora do Instituto de Economia da UFRJ, Debora Diniz é professora da Faculdade de Direito da UnB

Estudo mostra o assédio na América Latina e a reação das brasileiras

Pesquisa revela que uma em cada quatro latino-americanas e uma a cada cinco brasileiras já vivenciou episódios de violência

[\(CartaCapital, 17/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A [América Latina é conhecida por seu machismo](#) tacanho, atos de violência e assédio em todos os países da região. Ao menos uma em cada três latino-americanas e uma em cada quatro brasileiras passaram por alguma situação de assédio. Quando o assunto se refere a episódios de violência, o registro atinge uma em cada quatro latino-americanas e uma a cada cinco brasileiras.

Esses são alguns dos resultados divulgados na pesquisa *Mulheres: Percepção de direitos e exposição à violência*, estudo realizado pelo instituto de pesquisa Market Analysis, especializado em sustentabilidade.

“Essa menor incidência de ambos os problemas no Brasil com relação aos outros países da região pode indicar o efeito positivo da legislação avançada de proteção às vítimas de violência no País”, conclui Débora Pinheiro da Silva Montibeler, analista sênior da empresa de pesquisa.

Segundo a conclusão da analista, leis como a Maria da Penha podem representar um diferencial em relação à percepção de respeito aos direitos femininos no Brasil um pouco maior até do que em sociedades como as do Chile e da Argentina com níveis de desenvolvimento social superior ao nosso.

Mas também deixa um alerta quanto a essas conclusões: “elas também podem estar sinalizando alguma dificuldade de admitir ter passado por essas experiências”, afirma Débora.

Essa dúvida surge quando se faz o cruzamento com o WPS Index, índice que mede o empoderamento e o bem estar feminino em 153 países e faz parte do *Georgetown Institute for Women, Peace and Security*.

A medição tem como base 11 indicadores relacionados a três grandes aspectos: o nível de inclusão econômica, social e política; o grau de equidade e não discriminação legal e informal e segurança, relacionada à violência de gênero no cotidiano das mulheres (em suas famílias, comunidades e na sociedade).

“Ao cruzar o posicionamento dos países no índice WPS com a percepção das mulheres nas sociedades latino-americanas percebemos que as brasileiras, curiosamente, consideram ou percebem sua situação de forma melhor do que as condições de empoderamento medidas pelo WPS permitiriam predizer”, conclui Fabián Echegaray, diretor geral da Market Analysis.

No índice WPS, que vai de 0 a 1 - quanto mais baixo menor é o bem estar das mulheres - o Brasil registra 0,677, enquanto o do Peru, por exemplo, é de 0,693. Já na pesquisa *Mulheres: Percepção de direitos e exposição à violência*, 51% das mulheres brasileiras responderam que sentem que seus direitos são respeitados, enquanto a das peruanas está situado em apenas 22%. Conclusões divergentes, portanto, sem que se desqualifique qualquer dos levantamentos.

E, Independentemente de alguma dificuldade em decifrar os números, todos os estudos deixam evidentes mudanças na maneira como as mulheres se reagem diante dessas agressões. Mais importante: já não é algo que seja visto por elas como natural.

“Claramente as mulheres estão encarando as situações de violência de gênero e assédio sexual com outro repertório, deixando para trás a negação ou omissão diante dos fatos e passando a admitir e perceber abertamente essas questões como problemas” explica a analista da Market Analysis,

Débora Montibeler.

Mas obviamente ainda estamos longe de observar uma realidade como a encontrada um pouco mais para cima no continente americano. Segundo o WPS, na América do Norte não latina (entenda-se aí como sendo referência a Canadá e EUA, excluindo-se o México) a grande maioria das mulheres entrevistadas (84%) afirma ter seus direitos respeitados, enquanto que, na América Latina, esse número na média é muito menor (36%).

As vítimas de sempre

Talvez o ponto de maior convergência de todos esses estudos e que pode ser aplicado a qualquer país de nosso subcontinente é o perfil das vítimas que sofrem assédios e violências com maior frequência: são jovens e trabalhadoras de baixa renda que enfrentam esses problemas em múltiplos ambientes em que estão expostas em seu cotidiano, ou seja, estudo, trabalho, família e comunidade.

Na realidade, a mesma tecla da desigualdade que se aplica a tantos outros indicadores é, como sempre, fator decisivo para impedir que mais avanços possam ocorrer no nosso sofrido continente.

Garantir igualdade de gênero e de oportunidades para todos os cidadãos latino-americanos certamente contribuirá também para combater as mazelas que mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam diariamente.

Brasil, a lanterna no ranking de participação de mulheres na

política

Atuação feminina em cargos do Executivo é abaixo da média mundial e deixa país em último lugar no continente americano

[\(El País, 30/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Ao longo dos últimos anos, o mundo vem presenciando um grito potente de mulheres que, em diversos países, [clamam por igualdade de gênero](#). Em diferentes esferas, [dos estádios de futebol](#) ao ambiente corporativo, há uma luta pela reivindicação feminina dos espaços e para a garantia dos direitos já conquistados. [A primavera feminista](#) é vivida no Brasil desde 2015 e este parece ser um movimento sem volta.

Mesmo assim, a caminhada ainda parece longa quando se trata do universo da política. Neste âmbito, o Brasil está na lanterna (161ª posição) de um ranking de 186 países sobre a representatividade feminina no poder executivo, atrás de todos os outros países do continente americano. Em primeiro lugar no levantamento, que analisou a evolução histórica da participação feminina no poder Executivo de 1940 até hoje, está a Nova Zelândia, seguida do [Chile](#) - cuja presidenta [Michele Bachellet](#) está pela segunda vez no poder - e [Reino Unido](#), que, assim como a [Nova Zelândia](#), tem a rainha Elizabeth II no reinado desde 1952.

O levantamento foi realizado pelo Projeto Mulheres Inspiradoras, que atua pela participação feminina nos espaços de poder. Para chegar às conclusões, foram cruzados dados fornecidos pelo [Tribunal Superior Eleitoral](#)(TSE), ONU e Banco Mundial. A pesquisa apontou, por exemplo, que dos 186 países ranqueados, somente 17 têm mulheres como chefes de governo atualmente. Isso significa que hoje, cerca de 92% da população mundial é governada por homens.

Na realidade brasileira, o levantamento fez um raio-X dos cargos ocupados por mulheres na esfera federal, estadual e municipal. Em relação às nomeações para cargos do alto escalão, em dez anos - entre 2005 e 2016 - a participação percentual delas nos ministérios cresceu apenas 4,5%. O número não considera a realidade atual, de apenas uma mulher - Grace

Maria Mendonça, da Advocacia-Geral da União - entre os ministros. Enquanto isso, a média mundial de mulheres no primeiro escalão é 18%.

| Ranking | Score | Country | % Proportion of women in ministerial level positions (W) | % de representatividade 'Heads of Government' (HG eleitas/cadeiras) | Hab governados por mulheres (HS or HG) | % Hab governados por mulheres (HS or HG) |
|---------|-------|-----------------|--|---|--|--|
| 1º | 0,831 | New Zealand | 37,0% | 100% | 4,6 | 0,06% |
| 2º | 0,829 | Chile | 34,8% | 100% | 18 | 0,25% |
| 3º | 0,825 | United Kingdom | 30,8% | 100% | 64,9 | 0,90% |
| 4º | 0,822 | Switzerland | 28,6% | 100% | 8,2 | 0,11% |
| 5º | 0,801 | Marshal Islands | 10,0% | 100% | 0,58 | 0,01% |
| 6º | 0,791 | Myanmar | 0,0% | 100% | 52,89 | 0,73% |
| 7º | 0,734 | Iceland | 40,0% | 100% | 0,3 | 0,00% |
| 8º | 0,733 | Norway | 38,9% | 100% | 5,2 | 0,07% |
| 9º | 0,731 | Peru | 36,8% | 100% | 31,9 | 0,44% |
| 10º | 0,728 | Germany | 33,3% | 100% | 81,4 | 1,12% |

Fonte: PMI, base de dados da ONU e Banco Mundial.

| | | | | | | |
|------|-------|------------------|------|----|---|-------|
| 154º | 0,006 | Djibouti | 5,6% | 0% | 0 | 0,00% |
| 155º | 0,006 | Kazakhstan | 5,6% | 0% | 0 | 0,00% |
| 156º | 0,006 | Yemen | 5,4% | 0% | 0 | 0,00% |
| 157º | 0,005 | Bahrain | 4,5% | 0% | 0 | 0,00% |
| 158º | 0,005 | Solomon Islands | 4,3% | 0% | 0 | 0,00% |
| 159º | 0,005 | Sri Lanka | 4,3% | 0% | 0 | 0,00% |
| 160º | 0,005 | Vietnam | 4,2% | 0% | 0 | 0,00% |
| 161º | 0,004 | Brazil | 4,0% | 0% | 0 | 0,00% |
| 162º | 0,004 | Turkey | 3,8% | 0% | 0 | 0,00% |
| 163º | 0,004 | Belarus | 3,6% | 0% | 0 | 0,00% |
| 164º | 0,004 | Lebanon | 3,4% | 0% | 0 | 0,00% |
| 165º | 0,003 | Papua New Guinea | 3,1% | 0% | 0 | 0,00% |

Fonte: PMI, base de dados da ONU e Banco Mundial.

Já entre os chefes de governo dos Estados, o Brasil está praticamente parado no tempo. Hoje, há apenas uma mulher governadora: Suely Campos (PP), em Roraima. Isso significa que das 20 candidatas que disputaram algum governo do Estado [na última eleição \(2014\)](#), apenas uma foi eleita. Para se ter uma ideia, há 24 anos, quando o país ensaiava os primeiros passos do Plano Real, estávamos no mesmo patamar na quantidade de governadoras. A estimativa feita com o levantamento é que as mulheres só conseguirão ocupar metade das cadeiras ao governo do Estado no país em 2065. Isso se o ritmo de

crescimento for mantido.

Nas secretarias dos governos estaduais, os homens representam 70% dos secretariados. Para Marlene Machado, diretora-executiva do Projeto Mulheres Inspiradoras, não somente a sociedade precisa estar atenta a esses números, como os partidos políticos precisam tomar providências. “Os partidos precisam ter um olhar diferenciado para esta questão”, diz. “Precisamos ter mulheres no comando, nas executivas dos partidos. As mulheres precisam ter vida partidária”.

Prefeituras

O exemplo mais recente do quanto os partidos não estão atentos à disparidade de gênero na política são os números das últimas eleições municipais (2016). Cerca de 68% das cidades sequer tiveram uma candidata à Prefeitura. O reflexo disso é que hoje, a cada dez municípios, somente um é administrado por uma mulher.

No recorte por raça, a disparidade é ainda maior: 61% dos prefeitos eleitos foram homens brancos. Apenas 1,5% homens negros e menos de 1% mulheres negras. Já no ranking por região, o nordeste é a que mais tem presença feminina no poder executivo: 16%, quatro pontos percentuais acima da média nacional. O Rio Grande do Norte é o Estado brasileiro que mais tem mulheres prefeitas.

A região também foi a que, na última eleição presidencial, mais votou nas candidatas à presidência mulheres - naquele ano, 2014, [Dilma Rousseff \(PT\)](#) tentava a reeleição e disputava, além dos candidatos homens, com [Marina Silva \(Rede\)](#) e [Luciana Genro \(PSOL\)](#). Segundo o levantamento, 83% dos votos válidos da região foram para alguma dessas três candidatas. O percentual foi puxado pela petista, que teve pouco mais de 78% dos votos válidos daquela região.

Até o momento, entre os pré-candidatos à presidência que já manifestaram suas candidaturas, há apenas duas mulheres, Marina Silva (Rede) e [Manuela D'Ávila \(PCdoB\)](#).

Direito ao voto

O ranking lembrou também a diferença de tempo entre o direito ao voto conquistado pelos homens e pelas mulheres nos países estudados. Embora não sejam inéditos, os dados são importantes para entender algumas realidades. Na Nova Zelândia, país que tem a maior presença feminina, por mais tempo, no poder Executivo, o direito ao voto foi conquistado quase ao mesmo tempo para homens e mulheres. Em 1889, homens podiam votar e ser votados. Quatro anos depois, em 1893, o mesmo valia para mulheres.

No Chile, segundo colocado no ranking, mulheres e homens puderam votar e ser votados no mesmo ano, em 1970. Já no Brasil, enquanto homens puderam votar e ser votados a partir de 1891, as mulheres só conquistaram este direito em 1932, 41 anos depois.

Marina Rossi

Mulheres indígenas de Brasil e Canadá discutem direitos e participação política em Brasília

Os direitos humanos das mulheres indígenas é tema de atividades que reunirão ativistas, representantes das Nações Unidas e parceiros a partir desta terça-feira (27) em Brasília (DF). Um dos pontos altos da programação é a [troca de experiências entre 24 indígenas brasileiras e duas canadenses](#), vinculadas à organização não governamental [NWAC - Native Women's Association of Canada](#), na quarta e quinta-feira (28 e 29).

[\(ONU Brasil, 27/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O encontro é resultado de parceria entre ONU Brasil e governo do Canadá com o objetivo para ampliar a articulação política e a colaboração entre mulheres indígenas dos dois países.

“É importante reconhecer que as mulheres indígenas enfrentam formas múltiplas e cruzadas de discriminação. As mulheres estão superando barreiras tremendas para promover seus direitos e promover o bem-estar de suas comunidades. Esta iniciativa reflete o compromisso do governo do Canadá de promover, proteger e defender os direitos dos povos indígenas – tanto no país como no exterior”, declara Marie-Claude Bibeau, ministra de Desenvolvimento Internacional do Canadá.

“No diálogo com a ONU Brasil, as mulheres indígenas têm buscado parceria para a afirmação da sua liderança política, visibilidade dos seus direitos e reconhecimento das suas vozes pela resistência dos povos e territórios. Essa articulação tem sido importante para fazer avançar a articulação política entre elas e a sua incidência junto ao poder público”, disse Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres e coordenadora do Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia das Nações Unidas no Brasil.

Direitos no Brasil

Na quinta-feira (29), as mulheres indígenas brasileiras se reunirão com o Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil para abordar a realidade dos povos indígenas no país, o contexto de violação dos direitos humanos e os conflitos de terra e território.

O debate se insere na programação do aniversário de 70 anos da [Declaração Universal de Direitos Humanos](#). As mulheres indígenas têm relatado à ONU problemas crônicos que violam os seus direitos humanos — difícil acesso a serviços de saúde e à educação de qualidade, violência, feminicídio, homicídios, desaparecimento de corpos e perseguição.

De acordo com as lideranças, tais fatos violam normativas internacionais, a exemplo da [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#), que completou dez anos em 2017, e já tinham sido identificadas na última missão de [relatoria especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas](#), em 2016.

Realidade documentada em vídeo

A última atividade da programação é o lançamento do documentário

“Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça”, produzido pelo Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia e pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), com apoio da embaixada do Canadá.

O documentário “Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça” aborda a liderança e a participação política das mulheres indígenas no levantamento e organização de pauta política comum, representativa de 104 dos 305 povos indígenas brasileiros, até a apresentação dessas demandas em fóruns internacionais e em espaços políticos dos povos indígenas - entre eles, o Acampamento Terra Livre e Kuñangue Aty Guasu, grande assembleia de mulheres Guarani Kaiowá.

Em setembro de 2017, a ONU Brasil participou do Kuñangue Aty Guasu e ouviu as mulheres, também devido às denúncias dos povos indígenas, enviadas, nos últimos dois anos, ao Gabinete do Coordenador Residente do Sistema ONU no Brasil, ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) e à ONU Mulheres.

Brasil tem gravidez na adolescência acima da média latino-americana, diz OMS

A cada mil adolescentes brasileiras entre 15 e 19 anos, 68,4 ficaram grávidas e tiveram seus bebês, diz relatório da Organização Mundial da Saúde.

[\(Bem Estar, 01/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos, diz relatório da Organização Mundial da Saúde.

O índice brasileiro está acima da média latino-americana, estimada em 65,5.

No mundo, a média é de 46 nascimentos a cada mil.

Em países como os Estados Unidos, o índice é de 22,3 nascimentos a cada 1 mil adolescentes de 15 a 19 anos.

Leia mais: [Índice de gravidez na adolescência é 'inaceitavelmente alto' na América Latina, diz ONU \(Extra, 28/02/2018\)](#)

O relatório da OMS foi divulgado na quarta-feira (28) e as taxas se referem ao último período analisado - entre 2010 e 2015.

Um outro ponto divulgado pela entidade é que a América Latina é a única região do mundo com uma tendência crescente de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos.

“A gravidez na adolescência pode ter um efeito profundo na saúde das meninas durante a vida”, disse Carissa Etienne, diretora da Organização Pan-Americana de Saúde/OPAS, em nota.

“Não apenas cria obstáculos para seu desenvolvimento psicossocial, como se associa a resultados deficientes na saúde e a um maior risco de morte materna. Além disso, seus filhos têm mais risco de ter uma saúde mais frágil e cair na pobreza”, continua Carissa.

Também o documento indica que, apesar de a fecundidade total na América Latina ter diminuído nos últimos 30 anos, o mesmo ritmo não foi observado nas gestações de adolescentes.

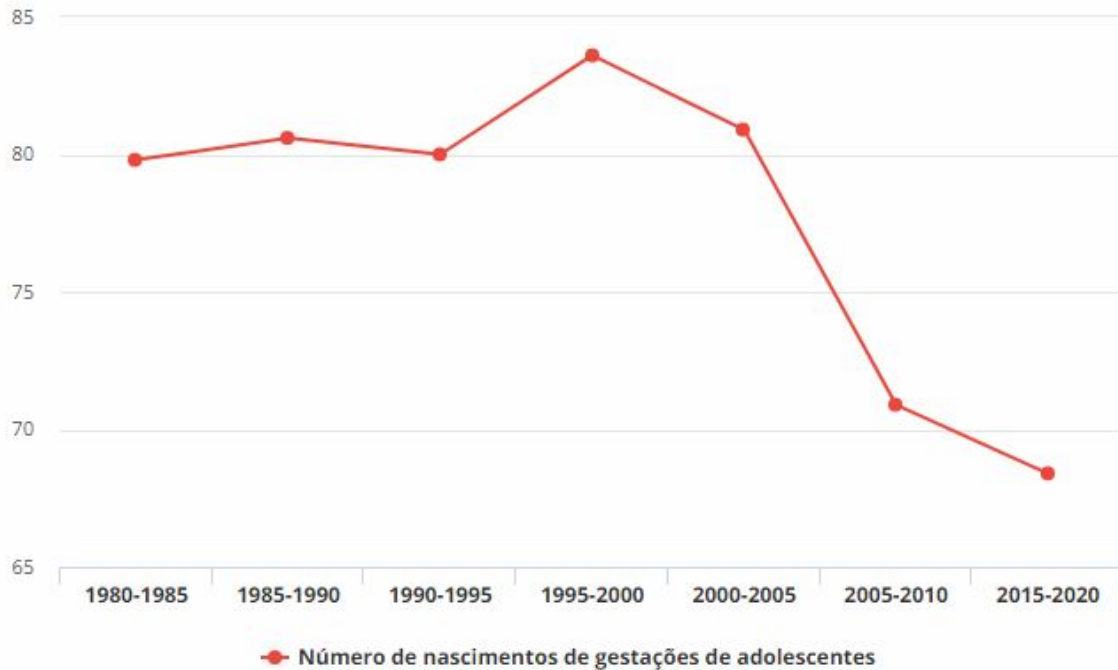
A taxa total de fecundidade na América Latina e no Caribe caiu de 3,95 nascimentos por mulher no período de 1980-1985 para 2,15 nascimentos por mulher em 2010-2015.

Comparativo entre os países

A taxa de adolescentes grávidas no Brasil teve diminuição nos últimos dez anos, mas ainda está aquém da taxa de outros países na América Latina, como o Chile e Argentina.

Gravidez na adolescência no Brasil

Número de nascimentos a cada mil adolescentes entre 15 a 19 anos



Fonte: OMS/OPAS

Taxa de nascimentos a cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos

| Países | 2005-2010 | 2010-2015 |
|----------------|-----------|-----------|
| Brasil | 70,9 | 68,4 |
| Chile | 52,7 | 49,3 |
| Argentina | 60,6 | 64 |
| Estados Unidos | 39,7 | 22,3 |
| México | 71,2 | 66 |
| Canadá | 13,9 | 11,3 |
| Venezuela | 82,6 | 80,9 |
| Bolívia | 81,9 | 72,6 |

Fonte: Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde

Principal causa de morte

Segundo o relatório, a mortalidade materna é uma das principais causas da morte entre adolescentes e jovens de 15 a 24 anos na região das Américas.

Ainda, globalmente, o risco de morte materna se duplica entre mães com menos de 15 anos em países de baixa e média renda.

Recomendações para diminuição de casos

A entidade exorta que os países com taxas altas apoiem programas dirigidos para mulheres em maior vulnerabilidade para gestações precoces.

Também há a recomendação para que se expanda o acesso a métodos anticoncepcionais e que sejam iniciados programas de educação sexual para homens e mulheres.

O relatório sugere ainda que se promovam medidas e normas que proíbam o casamento infantil e as uniões precoces antes dos 18 anos.

“Muitas dessas gestações não são uma escolha deliberada, mas a causa, por exemplo, de uma relação de abuso”, disse Esteban Caballero, diretor regional do Fundo de População das Nações Unidas para América Latina e Caribe, em nota.

Outras medidas de prevenção indicadas no relatório incluem prevenir as relações sexuais sob coação e manter um entorno favorável para a igualdade de gênero.

Brasil e UE se unem para combater violência doméstica

Na semana do Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, Brasil e União Europeia uniram forças para discutir formas de combater as agressões domésticas, que todos os anos fazem

milhares de vítimas no país.

[\(IstoÉ, 24/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Na última quarta-feira (22), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e delegações da Itália, de Portugal e da Lituânia, representando a UE, se reuniram em Brasília para um seminário sobre o enfrentamento à violência no lar.

O objetivo foi identificar as possibilidades de atuação do MP e promover uma troca de experiências entre os dois lados - um evento parecido já havia sido realizado anteriormente na Europa, em setembro, no âmbito de um projeto chamado “Diálogos Setoriais”.

“O Ministério Público foi à Europa, e agora a Europa veio ao Brasil. O que o Brasil já aprendeu? Que é preciso organizar e tratar números e dados de maneira especializada”, conta, em entrevista à ANSA, Maurício Andreiuolo, membro auxiliar do CNMP.

Ele cita o exemplo de Portugal, que possui ONGs voltadas exclusivamente para a quantificação de informações sobre a violência contra a mulher. “O Brasil precisa pegar carona nessa prática de viabilizar, através dos números, o enfrentamento à violência doméstica”, acrescenta.

No caso da Itália, país que já registra mais de 100 episódios de feminicídio em 2017, Andreiuolo menciona como símbolo de boas práticas um questionário “extremamente detalhado” que está sendo elaborado pelo Ministério do Interior para combater a violência doméstica, com especial atenção para as imigrantes, mais sujeitas a se tornarem vítimas.

Por outro lado, o Ministério Público apresentou para a União Europeia duas iniciativas tidas como bem sucedidas pelo órgão: o Cadastro Nacional de Violência Doméstica, banco de dados criado para ajudar no cumprimento da Lei Maria da Penha, e o “selo do feminicídio”, que distingue inquéritos ou processos envolvendo morte violenta de mulheres.

“O prognóstico é de dar continuidade ao projeto, e o próximo ponto será o questionário de risco de violência contra a mulher.

Existe em Portugal, na Itália, mas não no Brasil”, ressalta Andreiuolo. De acordo com ele, é possível, por meio desse recurso, desenhar o perfil comportamental do agressor e da vítima.

“Vimos, por exemplo, que o feminicídio é estatisticamente mais relevante quando se trata de ex-companheiro ou ex-marido que vai à casa da ex no fim de semana à noite”, explica o membro auxiliar do CNMP.

Durante o seminário, também foi assinado um acordo de cooperação técnica entre o órgão e a Advocacia-Geral da União (AGU) para permitir o acesso do poder Executivo às informações do Cadastro Nacional de Violência Doméstica. Com isso, a AGU poderá suspender os benefícios previdenciários de autores de crimes desse tipo.

Lucas Rizzi

Índice de igualdade de gênero no mundo registra primeira queda em 11 anos

No Brasil, a baixa representatividade das mulheres nas decisões políticas puxou o índice para baixo

[\(O Globo, 02/11/2017 - acesse aqui\)](#)

A desigualdade entre homens e mulheres medida pelo Fórum Econômico Mundial (WEF) aumentou em 2017 no Brasil e em todo o mundo, o primeiro recuo desde que a medição começou, em 2006. O índice de igualdade global de gênero é baseado dados de acesso saúde e sobrevivência, participação e oportunidade econômica, realização educacional, e empoderamento político.

O resultado foi atribuído pela entidade à diminuição da igualdade na

economia e na política. A Islândia é a campeã da igualdade de gênero no mundo, seguida por Noruega, Finlândia, Ruanda e Suécia, no ranking 144 países. Os Estados Unidos caíram quatro posições, aparecendo em 49º. Entre os países do G20, a França lidera, em 11º lugar, seguida da Alemanha (12º) e do Reino Unido (15º). Já o Brasil caiu nove posições, ficando em 90º.



Em 2006, estava em 67º. O país faz feio na comparação com outros latino-americanos. A melhor performance é a da Nicarágua que figura entre os dez primeiros no ranking global. A Bolívia aparece em 17º; Cuba, em 25º, e a Argentina, em 34º. Os cinco com mais desigualdade de gênero são Irã, Chade, Síria, Paquistão e Iêmen.

De acordo com projeções do Fórum Econômico Mundial, se esse ritmo for

mantido, serão necessários cem anos para as diferenças entre os gêneros serem superadas. “Quando olhamos os resultados dessas quatro dimensões em termos globais, foi um ano sombrio para o progresso da paridade de gênero. Enquanto nos anteriores tinha havido certa evolução, neste o movimento não apenas estacionou como se recolheu”, disse Till Leopold, do WEF.

Baixa representativa de mulheres na política brasileira

No caso do Brasil, a baixa representatividade de mulheres em ministérios e no Legislativo puxou o índice para baixo. “Apesar de ser verdade que o Brasil estava indo bem na economia nos últimos anos, isso estacionou, ao passo que os demais países da América Latina. Com a queda na representatividade política, é como se o Brasil tivesse ficado parado, enquanto os demais avançaram”, analisou Leopold.

O Brasil, no entanto, foi o único país da América Latina que conseguiu diminuir a diferença de gêneros na saúde e na educação. Questionado sobre a eficácia da adoção de políticas para reduzir a diferença de gênero Leopold disse que “certamente não há uma receita única que funcione para todos os países. Mas as pesquisas mostram que medidas com alvo no gênero para ajudar mulheres a progredir no mercado de trabalho têm efeito multiplicador para a economia como um todo e, assim, podem ser bastante eficazes”.